

Diário da Assembléia

Nº 2.999

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quíelse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quíelse Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíel-

se Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



**4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 9.ª Sessão Ordinária
Realizada em 14 de Março de 1974 — (Quinta-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Antônio Belinati — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 341-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n.º:

125-73:

Do Senhor Deputado Antônio Belinati, que denomina São Luiz, o atual distrito administrativo de São Francisco de Sales, Município de Clevelândia. — A C.C.J.

Sob o n.º 31-74 do Senhor Nacim Bacilla Neto, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado, agradecendo convite formulado por esta Casa, para participar das solenidades de instalação dos trabalhos da Quarta Sessão Legislativa, da Sétima Legislatura. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 306-74 do Senhor Ivo Simas Moreira, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, agradecendo convite para assistir a instalação dos trabalhos da Quarta Sessão Legislativa. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 35-74, do Senhor Ailar Mega, Presidente da Câmara Municipal de Assis, Estado de São Paulo, encaminhando cópia de Requerimento n.º 39-73 de autoria do Vereador Marcello Campos Dutra de Moraes e outros, acompanhado de outros documentos, dispondo sobre o desmatamento da área a ser coberta pelas águas da Represa Capivara. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 684-73 do Senhor Dr. Heber Soares Vargas, Secretário Geral do Congresso Brasileiro de Criminologia de Londrina, externando agradecimentos pela inestimável colaboração ao aludido conclave, pelo Senhor Dr. Olavo Garcia Ferreira da Silva. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 94-74 do Senhor Osório Valter Pietrângelo, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, solicitando todo subsídio direto ou indireto tanto no frete como no preço do trigo entregue aos moinhos, reformulando urgentemente o Decreto-Lei n.º 210-67. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 051-73, do Senhor João Chalbaud Biscaia, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, encaminhando Projeto de Lei a esta Casa, objetivando formalizar a sua condição de Entidade de real utilidade pública estadual. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMA:

Do Senhor Raul Juliatto, Presidente da IAPAR, nos seguintes termos:

Agradecemos convite solenidade instalação Quarta Sessão Legislativa vg Sétima Legislatura vg realizar-se Palácio Dezenove Dezembro vg dia 1.º próximo. Lamentamos impossibilidade comparecer em virtude reunião Conselho Deliberativo desta Fundação vg mesma data pt — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Desidério Dalbello.

Outrossim solicita da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada, à Rua.....

Sala das Sessões, em 14 de março de 1974.

(a) **Erondy Silvério**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvida a Casa, seja incluída na Pauta o Projeto de Resolução n.º 62-73, na forma estabelecida pela letra "c", art. 106, do Regimento Interno, tendo em vista a ausência do parecer respectivo e o largo lapso de tempo já decorrido.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1974.

(a) **Muggiati Filho**

Requerimento

Senhor Presidente:

A Região do Vale do Ivaí e adjacências, vem se constituindo em verdadeiro celeiro. Mauá, Faxinal, Porto Ubá, Jardim Alegre, Grandes Rios, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Borrazópolis, Pitanga, Manoel Ribas, Cândido de Abreu, comunidades altamente povoadas, vêm experimentando extraordinário surto de progresso, tendo uma produção estimada para 1974, em número altamente significativo. Somente Ivaiporã deverá produzir cerca de 110.000 toneladas de milho, 9.000 toneladas de arroz, 36.000 toneladas de feijão, 2.000 toneladas de algodão, 20.000 toneladas de mamona, 1.200 toneladas de trigo, e 1.200 toneladas de soja, além de 7.000 toneladas de café. Apesar de tudo isso, essa Região vem reivindicando com insistência, até mesmo irritação, a ligação asfáltica Mauá, Ivaiporã, e vendo ainda ser adiada constantemente a concorrência para realização de tal obra. A população dessa área de nosso Estado tem enfrentado sérias dificuldades, pois, diariamente cerca de dois mil veículos arriscam sua segurança nos caminhos difíceis, poeirentos ou lamacentos e esburacados. Na época de safra a situação se agrava, com quilômetros de veículos encalhados na lama em dias chuvosos.

Diante desses fatos e consciente dos benefícios que advirão do apressamento das iniciativas para asfaltamento da referida rodovia, o Deputado que

este subscreve, REQUER, seja endereçado ao Governo do Estado e Ministério dos Transportes, expediente solicitando imediatas providências, pois é justo que retribua o Poder Público em forma de benefícios parte daquilo que arrecada nessa rica região.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1974.

(a) **Alvaro Dias**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação, a partir de amanhã, terá novo dirigente. Mudanças nos quadros administrativos da União, mudanças representando a abertura de novas perspectivas. Em todas as mudanças alimentamos esperanças acalentadas há tempo. Homem escolhido por uma fórmula com a qual não concordamos, representa a nossa esperança, a esperança da oposição brasileira, oposição brasileira que tem como seu ideal principal a luta por eleições diretas, ~~tem~~ por objetivo primordial fazer com que se devolva ao povo seu direito de escolher os dirigentes de Estados, de Capitais e do País.

A afirmativa de que desenvolvimento e democracia são fatores estranhos, é infeliz, em nosso entendimento, e sobretudo irresponsável. As grandes nações do Universo, as que conseguiram o índice de desenvolvimento maior, são nações onde predomina a democracia, cujo regime é o democrático, onde o poder emana da vontade maior do povo, onde a população é realmente o tribunal, onde o povo é árbitro, onde o povo decide, escolhe e julga.

Isto em nosso País é pretendido por toda a comunidade, representada através de um partido político, o MDB que, em nosso entender, no episódio da escolha do futuro Presidente da República não se conduziu com a maior felicidade. O nosso pensamento, já esposado em outras oportunidades, continua sendo aquele de que o MDB não deveria participar daquilo que julga não ser eleição.

Ontem, o grande eleitor, o povo brasileiro, foi impossibilitado de votar. mas, fato consumado, Presidente indicado, Presidente escolhido ou nomeado — como queiram — temos razões de sobra, para alimentar esperanças, as atitudes iniciais, os contatos na área política, talvez fatos com que tenhamos esperanças, e grandes esperanças de caminharmos para uma abertura democrática, a sonhada abertura democrática.

Neste pequeno pronunciamento sem maiores pretensões, feito improvisadamente, queremos registrar o pensamento que, quero crer, seja de minha Bancada, a grande esperança de nosso Partido, da comunidade brasileira, é de que este homem, assumindo o comando da vida nacional, possa corresponder aos anseios do povo brasileiro que quer viver num regime autenticamente democrático.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, segundo orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por serem assuntos intimamente ligados com o Requerimento que tivemos a honra de encaminhar à Mesa, ligados à elaboração do Regimento Interno, desejamos reiterar a V. Exa., Sr. Presidente, nossos Requerimentos de 11-12-73 e de 5-12-73. No primeiro, solicitávamos informações dos motivos pelos quais não houve apreciação do veto apostado pelo Sr. Governador do Estado ao Projeto de Lei n.º 100-73, Lei Orgânica dos Municípios, cujo ofício, dando ciência dos referidos vetos, foi transformado, nesta Casa, na Proposição 175-73.

No outro Requerimento de 5-12-73, tivemos oportunidade de relatar à Mesa que, aprovado por esta Casa, o Projeto de Lei n.º 61-73, que objetivava fixar o número de Vereadores das Câmaras Municipais, dando outras providências em decorrência do mandamento constitucional, foi o mesmo Projeto de Lei enviado ao Excelentíssimo Sr. Governador pelo Ofício n.º 1.358-73, em 26 de setembro de 1973, para manifestação de sanção ou de veto, nos termos da Constituição, e tendo em vista o longo tempo decorrido, sem que se tenha conhecimento de qualquer esclarecimento, encaminhei um Requerimento pedindo informações se já foi o referido Projeto de Lei devolvido pelo Sr. Governador do Estado e em que data. Em caso afirmativo, porque até a presente data não foi ainda a devolução protocolada no órgão competente desta Assembléia.

São dois fatos, Sr. Presidente, de relevância para o Poder Legislativo, que deve ser esclarecido, porque se bem que esta Casa já se tenha caracterizado nos últimos anos pela aceitação de todos os vetos apresentados pelo Chefe do Poder Executivo, nós não podemos conceber que, entretanto, esses vetos deixem de vir a Plenário para serem discutidos e debatidos e votados, sob pena de que a majestade de que se deve revestir o Poder Legislativo, se veja seriamente comprometida no desempenho de suas atribuições.

Voltamos, hoje, com um Requerimento relacionado com a marcha dos processos nesta Casa. Se o assunto não é de maior importância que o outro para a vida do Poder Legislativo, não é menor também a sua relevância, porque tendo sido reformada a Constituição Estadual em 1969, e posteriormente sofrido a Emenda em 1971, também seria inadmissível que essa Legislatura fosse concluída sem que o Regimento Interno da Assembléia fosse adaptado às normas constitucionais vigentes, e retificado naquilo que constitui matéria de interesse a todos aqueles que vivem nesta Casa, onde decisões são reformuladas.

O Diário da Assembléia de 24 de setembro de 1973, em avulso, publicou o Projeto de Resolução que tomou o número 62-73. Estamos requerendo, na forma do Regimento Interno, a inclusão do Projeto em pauta, para que ele possa receber o devido tratamento, tenha a sua marcha na forma preceituada pelas normas legislativas e, assim, a Casa possa discuti-lo, emendá-lo, votá-lo, para que o Paraná não venha amanhã a ser citado como um exemplo negativo, de ser, talvez, hoje, o único Estado da União que mantém um Regimento arcaico, anti-constitucional, para o desempenho de suas atividades.

Entendo, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o nosso Requerimento visa dar a esta Casa a oportunidade de não legar aos nossos sucessores, aqueles que ainda virão trabalhar na próxima legislatura, outro exemplo que não seja o exemplo do trabalho desta legislatura. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 262-73, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Educadora "Rainha das Missões", da cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 105-73, que aprova Con-

vênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Guaratuba, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do respectivo Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 143-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Capitão Leonidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 197-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Alto Piquiri, Ampère, Astorga, Guaiaraçá, Iretama, Paissandu, Realeza, Salto do Itararé e Santa Inês, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 66-73, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de retificação e pavimentação, o trecho de estrada que liga Piraquara com a estrada Curitiba-Paranaguá (BR-277). Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108-73, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que dá nova redação ao artigo 17 e parágrafos 1.º e 2.º, da Lei n.º 6.212, de 9-8-71 e dá outras providências. Pareceres contrários da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 108-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 17 e parágrafos 1.º e 2.º, da Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971, passam a ter a seguinte redação:

Art. 17 — As vantagens previstas na Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971, serão incorporadas aos proventos de inatividade, considerando para esse efeito, que o servidor ao se aposentar pertença ao quadro de funcionários do Departamento de Rendas Internas, ou desempenhe encargo de confiança da estrutura do órgão.

Parágrafo 1.º — O cálculo para fins de incorporação prevista neste artigo será feito com base na média mensal da retribuição percebida nos 6 (seis) meses anteriores ao da aposentadoria.

Parágrafo 2.º — Para efeito de apuração da média mensal do número de quotas e da remuneração de dois terços do vencimento a serem integrados nos proventos de inatividade, nos termos deste artigo, serão computados os meses em que o funcionário se ausentou, em virtude de licença para tratamento de saúde e férias.

Art. 2.º — Fica revogado o parágrafo 3.º do artigo 17, da Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto de Lei, que se convertido em norma escrita, ensejará sensíveis alterações na lei n.º 6212, de 9 de agosto de 1971 e, via de consequência deferirá ao funcionário fisco-arrecadador, quando no outono de sua existência, uma perspectiva de uma velhice com remuneração mais digna.

O artigo 17 e parágrafos 1.º e 2.º, da lei n.º 6212, de 9.8.71, aos quais se objetiva dar nova redação tem princípios demasiadamente rígidos, circunstância essa que milita desfavoravelmente à política de pessoal inaugurado no Departamento de Rendas Internas, uma vez que, o que se propugnou com o advento desse diploma legal, além de acompanhar o Distrito Federal e demais Estados da Federação, foi instalar nesse importante setor fazendário, uma filosofia de trabalho que veio para ficar, para caminhar para diante e, nesse diapasão não foram esquecidas as aposentadorias, que por operarem uma revitalização na dinâmica do setor fisco-arrecadador-pois promovem a permuta de velhos servidores por jovens universitários e, com o projeto convertido em lei, os velhos servidores terão condições de auferirem proventos razoáveis, que lhes proporcionará retirar o seu sustento de uma única fonte de renda e, com isso, ser-lhe-á assegurada uma existência tranquila e estável.

Como se infere do texto do anteprojeto, todo o funcionário fisco-arrecadador detentor de condição temporal para aposentar-se, não ficará aventureiro na atividade e, com esse cometimento, como é natural, as vagas vão se abrindo e, como decorrência natural, nasce o recrutamento de novos valores.

LEI N. 6.212

Data: 9 de agosto de 1971.

Súmula: Dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos funcionários fisco-arrecadadores do DRI, da Secretaria da Fazenda.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 17 — Para todos os efeitos legais as quotas e demais vantagens atribuídas a título de prêmio de produtividade a que se referem os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 12, desta lei serão integrados nos cálculos de proventos de aposentadoria do servidor fiscal, desde que haja exercido função fisco-arrecadadora no Departamento de Rendas Internas por período não inferior a 5 (cinco) anos, consecutivos ou não.

§ 1.º — O cálculo para os fins de integração prevista neste artigo será feito com base na média mensal de retribuição percebida nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao da concessão da aposentadoria;

§ 2.º — Para efeito de apuração da média mensal do número de quotas a ser integrado nos proventos de aposentadoria, nos termos deste artigo, não serão considerados os meses em que o funcionário se ausentou, ainda que parcialmente, em virtude das licenças previstas nos itens I e XIX do artigo 128, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970;

§ 3.º — Para efeitos do parágrafo 1.º deste artigo, computar-se-ão os meses em que o funcionário percebeu as vantagens do artigo 5.º da lei n.º 5.794, de 12 de junho de 1968, e as previstas no artigo 5.º da Lei n.º 6.120, de 1.º de junho de 1970.

Art. 18 —

§ 1.º —

§ 2.º —

Art. 19 —

Art. 20 —

Art. 21 —

Art. 22 — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto os artigos 6.º, 7.º, 8.º, 10, 11 e 18 e seus parágrafos que produzirão efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1971, ficando revogados:

I — A Lei n.º 6.120, de 1.º de julho de 1970;

II — O artigo 5.º e seus parágrafos, da Lei n.º 5.794, de 12 de junho de 1968.

Palácio do Governo em Curitiba, em 9 de agosto de 1971.

aa) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

Lineo Emílio Kluppel

Secretário da Fazenda

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 108-73

AUTOR: Deputado Francisco Escorsin

PARECER

O nobre Deputado Francisco Escorsin, propõe pelo presente Projeto de Lei, alteração no art. 17 e parágrafos 1.º e 2.º, da Lei n.º 6.212 de 9 de agosto de 1971, que passaria a ter a seguinte redação: "Art. 17 — As vantagens previstas na Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971, serão incorporadas aos proventos de inatividade, considerando para esse efeito, que o servidor ao se aposentar pertença ao quadro de funcionários do Departamento de Rendas Internas, ou desempenhe encargo de confiança da estrutura do órgão".

Em seguida estabelece o cálculo para fins de incorporação prevista neste artigo, que seria feito na média mensal da retribuição percebida nos seis meses anteriores ao da aposentadoria. Conclui, que para efeito de apuração da média mensal do número de quotas e da remuneração de dois terços do vencimento a serem integrados nos proventos de inatividade nos termos do art. 17, serão computados os meses em que o funcionário se ausentou, em virtude de licença para tratamento de saúde e férias.

Muito embora considerando a nobreza da iniciativa do autor da Proposição, a mesma esbarra no obstáculo intransponível que é do art. 47 da Constituição Estadual, que estabelece expressamente ao Governador do Estado, a competência privativa de "iniciar o processo legislativo das Leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores, ou acresçam a despesa, bem como fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar".

Se não bastasse podemos invocar o art. 35, do mesmo Diploma Legal, que estabelece: "É da competência do Poder Executivo a iniciativa das Leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

Destarte, em virtude das considerações acima expendidas, opino pela Rejeição do Projeto em testilha, face à sua inconstitucionalidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1973.

as. ilegível — Presidente

IGO I. LOSSO — Deputado Relator

seguem 4 as. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 108-73, de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, e que dá nova redação ao Artigo 17 e Parágrafos 1.º e 2.º, da Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971, e dá outras providências.

2. Em seu R. Parecer de fls. a d. outa Comissão de Constituição e Justiça fundamentou com acerto a inconstitucionalidade do Projeto de Lei em análise, terminando por pronunciar-se por sua rejeição.

3. Esta Comissão de Finanças, analisando com o máximo de percuência a matéria dos Autos, lamenta também não poder ser favorável à sua aprovação, porque entende que a nova redação pretendida para o Artigo 17 e Parágrafos 1.º e 2.º, da Lei Estadual n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971, altera substancialmente o espírito daquele diploma legal, ensejando concessão de benefício de ordem financeira a servidores públicos que apenas "ao se aposentarem pertencem ao quadro de funcionários do Departamento de Rendas Internas, ou desempenhe encargo de confiança da estrutura do órgão".

4. Ora, a nova redação proposta tem um sentido mais abrangente, outorgando a todos os servidores do DRI, o direito de incorporação aos proventos de inatividade da média mensal do número de quotas e da remuneração de dois terços do vencimento, além de modificar o tempo (diminuindo-o de 24 (vinte e quatro) para 6 (seis) meses), para fixação daquela média, e terminando por mandar computar, naquele cálculo, os meses em que o servidor ausentou-se para tratamento de saúde ou gozo de férias, o que desvirtua totalmente o disposto na Lei Estadual n.º 6.212, de 09.08.1971. "in fine" e, se aprovada a proposição, teria reflexos desastrosos para a execução orçamentária do Estado, dado o grande número dos que viriam a beneficiar-se da mesma.

5. Isto posto e considerando-se a intensa repercussão financeira que causará ao erário estadual a aprovação da matéria dos Autos e, ainda que a mesma viria tumultuar um diploma legal (Lei 6.212, de 09.08.1971) que a época de sua sanção causou satisfação em todos os integrantes do corpo funcional do Departamento de Rendas Internas, por atender às reivindicações pleiteadas, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, não vê como possa manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei testilhado, reconhecendo, embora, a boa intenção de seu ilustrado Autor.

Pela Rejeição, é o Parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 1973.

as. ilegível — Presidente

JOÃO C. FADEL — Relator.

2 as. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 142-73, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Inspeção Regional de Ensino de Rondon, com sede na cidade do mesmo nome e com jurisdição sobre o Município de Rondon, Indianópolis e Guaporema. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 142-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Inspeção Regional de Ensino de Rondon com sede na cidade do mesmo nome e com jurisdição sobre o Município de Rondon, Indianópolis e Guaporema.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Wilson Fortes
JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei tem em mira dois objetivos: descentralizar o atendimento educacional e ir de encontro do progresso de uma vasta região.

Com efeito, os problemas educacionais da região onde pretendemos seja criada uma Inspeção de Ensino são vários, em razão do grande número de escolas, que devem buscar a solução para os mais diferentes setores educacionais, em lugares distantes o que vem trazer detrimento para a Educação.

Por outro lado a população estudantil vem aumentando constantemente, as escolas se multiplicam, razão porque cremos merecer o apoio e a aprovação do presente plano de Lei, por parte dos nobres deputados.

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 142-73

AUTOR: Deputado Wilson Fortes

PARECER

I — O Projeto de Lei em apreço visa criar uma Inspeção Regional de Ensino no Município de Rondon, com jurisdição nos Municípios de Indianópolis e Guaporema.

II — Examinado o Projeto de Lei, constata-se que o mesmo está articulado e justificado como exige o Regimento Interno, do ponto de vista constitucional e legal está em condições de ser APROVADO pela Casa.

E o parecer S.M.J.

Sala das Reuniões, em 22 de agosto de 1973.

as. ilegível — Presidente

(a) Quielise Crisóstomo — Relator

3 as. ilegíveis

Comissão de Finanças e Orçamento

PARECER

PROJETO DE LEI N. 142-73

O presente plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes visa criar uma Inspeção de Ensino Regional, no Município de Rondon, com jurisdição nos Municípios de Indianópolis e Guaporema.

Referida Proposição já foi motivo de exame por parte da Douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não vemos nenhum obstáculo que se insurja contra a iniciativa enfocada, pelo que opinamos pela Aprovação do Projeto para ulterior trâmite regimental.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.73

as. ilegível — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

2 as. ilegíveis

Comissão de Instrução Pública

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 142-73

I — O presente plano de autoria do nobre deputado Wilson Fortes, tem por objetivo a criação de Inspeção Regional de Ensino de Rondon, com sede na cidade do mesmo nome e com jurisdição sobre o município de Rondon, Indianópolis e Guaporema.

II — Do ponto de Vista desta Comissão, o Projeto em tela está em condições de ser aprovado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em

a) Deputado Antonio Lopes Júnior — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Desidério Dalbello. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja incluído na Pauta o Projeto de Resolução n.º 62-73. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja incluído na Pauta o Projeto de Resolução n.º 62-73. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos srs. Governador do Estado e Ministro dos Transportes, solicitando providências visando asfaltamento da estrada da ligação Mauá Ivaiporã. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 18, segunda-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 221-73.

3.ª Discussão — dos Projetos de Resolução n.ºs 44-73, 48-73, 56-73 e 66-73.

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 152-73.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 184-73 e de Resolução n.ºs 58-73 e 64-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Polícia

3.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

Ata da 7.ª Reunião Ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de hum mil novecentos e setenta e três às 16 horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Polícia, com a presença dos Senhores Deputados: Antonio Belinati, Arthur de Souza, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara e Antonio Franco Ferreira da Costa Filho. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a ATA da Sessão anterior. Como nada constasse da hora do expediente, passou-se a Ordem do Dia, sendo relatados os seguintes projetos de Lei: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 48-73 — Ex-Proposição n.º 143-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Capitão Leônidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, objetivando fornecimento de equipamentos as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Relator Deputado Arthur de Souza, Parecer Favorável. APROVADO. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 44-73 — Ex-Proposição n.º 105-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova

convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Guaratuba, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do Funrespol e verbas do respectivo município. Relator Deputado Arthur de Souza, Parecer Favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais lavrei a presente ATA, que depois de lida e aprovada, será por mim assinada, Secretário de Comissão e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) ANTONIO BELINATI — Presidente

LORIS CORDEIRO DE BARROS — Secretário

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

4.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

Ata de Instalação

Aos treze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro às quinze horas e quarenta minutos, com as presenças dos senhores deputados Gabriel Manoel, Ivo Rocha, Domicio Scaramella, Alvaro Dias e Iris Caldart, reuniu-se na Sala das Comissões os parlamentares indicados pela Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro respectivamente, para instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. De acordo com o Regimento Interno assumiu a presidência o senhor deputado Domicio Scaramella, dando início aos trabalhos, procedida a eleição e verificada a votação; por unanimidade foram reeleitos os senhores deputados Domicio Scaramella e Gabriel Manoel, para a Presidência e Vice-Presidência da citada Comissão. Usando da palavra, falando em seu nome e em nome de seu Vice-Presidente o senhor deputado Domicio Scaramella agradeceu a confiança de seus nobres pares e ressaltou o seu propósito de conduzir esse Órgão Técnico da Casa, dentro do regime de trabalho e dignidade legislativa e a seguir deixou livre a palavra e como ninguém fizesse uso da mesma, a Presidência estabeleceu que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria de sua competência. Na oportunidade indicou para funcionar como Secretário o funcionário Agildes de Oliveira Martins. Nada havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual para constar lavrei esta Ata, que após lida e achada conforme, será pelo Senhor Presidente, por mim Secretário e demais membros assinada, para que produza os efeitos legais.

aa) DOMICIO SCARAMELLA — Presidente

GABRIEL MANOEL — Vice-Presidente

Ivo Rocha

Alvaro Dias

Iris Caldart

Agildes de Oliveira Martins — Secretário

Comissão de Polícia

4.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

Aos treze (13) dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Sala das Reuniões, após a sessão plenária, reuniu-se a Comissão de Polícia, com o fim especial de proceder a instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental, art. 40, pelo senhor Deputado Marciano Baraniuk e contando com as presenças dos Senhores Deputados Antonio Belinati, Antonio Franco Ferreira da Costa e Nelson Buffara. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos e anunciou a eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesma. Procedido a eleição verificou-se a apuração dos votos aos Senhores Deputados Antonio Belinati e Arthur de Souza, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Deputado Antonio Belinati, agradece seus nobres pares pela deferência em presidir tão importante Comissão, prometendo tudo fazer para que a Comissão funcione nos moldes do direito e respeito ao Regimento Interno desta Casa de Leis. Na oportunidade indica o Funcionário Lóris Cordeiro de Barros, para exercer a função de Secretário da mesma. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente pelos membros presentes e por mim Secretário

aa) ANTONIO BELINATI — Presidente

Antonio Franco Ferreira da Costa

Marciano Baraniuk

Nelson Buffara

Lóris Cordeiro de Barros — Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DE INSTALAÇÃO

Após terem sido indicados para comporem a Comissão de Saúde Pública, compareceram aos quatorze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões das Comissões, para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Saúde Pública os seguintes Senhores Deputados: Haroldo Bianchi, Xenofonte Villanueva, David Federmann e Arizone Mendes de Araújo pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e os Senhores Deputados Domicio Scaramella e Maurício Fruet pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Assumiu a presidência o Senhor Deputado Domicio Scaramella na forma regimental. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e instalada a Comissão, anunciando em seguida a eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos da referida Comissão. Procedido o sufrágio, verificou-se por unanimidade de votos a eleição do Senhor Deputado Arizone Mendes de Araújo para a presidência e do Senhor Deputado Maurício Fruet, para a vice-presidência. Ao tomar posse do cargo para o qual fora eleito o Senhor Deputado Arizone Mendes de Araújo, agradeceu em seu nome e em nome do Senhor Vice-Presidente eleito, a honrosa investidura, dizendo do propósito em corresponderem a confiança neles depositada. O Senhor Presidente após determinar que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas há existência de matéria de sua competência, convidou a funcionária Elza Carneiro Camargo, já no exercício de Secretária, a fim de que a mesma continue a exercer o referido cargo. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar eu, Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretária e demais membros da Comissão, a fim de que produza os efeitos legais.

aa) Arizone Mendes de Araújo — Presidente

Maurício Fruet — Vice-Presidente

Haroldo Bianchi

David Federmann

Xenofonte Villanueva

Domicio Scaramella

Elza Carneiro Camargo — Secretária